

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS E A FUNÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA

Edson de Sousa Brito¹
José Roberto Bonome²

Resumo: O presente texto tem por finalidade a análise das políticas públicas para a educação e a dualidade do projeto educacional brasileiro onde pretende produzir diferentes espaços educacionais reproduzindo e mantendo as desigualdades sociais na escola brasileira. O artigo se embasa da discussão do professor José Carlos Libâneo, onde o mesmo analisa documentos do Banco Mundial e a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos realizada em Jomtien, na Tailândia.

Palavras-chave: Políticas educacionais; educação para todos; desigualdade social.

WORLD DECLARATION ON EDUCATION FOR ALL AND THE ROLE OF THE BRAZILIAN PUBLIC SCHOOL

Abstract: This paper aims to analyze the public policies for education and the duality of the Brazilian educational project, where intends to produce different educational spaces reproducing and keeping the social inequalities in the Brazilian school. This article find basis in the discussion of the Professor José Carlos Libâneo, where the same analyzes documents of the World Bank and the World Conference About the Education for All, done in Jomtien, Thailand.

Keywords: Educational policies; Education for All; Social Inequality.

¹ Doutor em Educação da PUC-GO.

² Doutor em Ciências Sociais pela UnB.

O presente artigo é um exercício de análise multidisciplinar onde se propõe questionar a função e objetivos da escola pública na atualidade. Ainda, pretende analisar a Declaração Mundial sobre a Educação Para Todos com vistas em identificar quais as influências que ela teve na elaboração da ideia de função e objetivos da escola pública no Brasil. Esse questionamento surgiu com a leitura e discussão multidisciplinar do texto do professor José Carlos Libâneo onde é apontada a questão da dualidade da escola pública. Incomodados com as constatações que são apresentadas sobre as consequências do programa Escola para todos, apresentada no texto “A escola brasileira em face de um dualismo perverso: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres”, de autoria do professor José Carlos Libâneo, onde se descreve um cenário de agravamento da desigualdade social como consequência de um plano de educação que foi aplicado partindo da concepção de Educação exposto e defendido na Conferencia Mundial sobre Educação Para todos em Jomtien.

Ao analisar o texto, se percebe que é apresentado de forma sistemática a “perversa” forma pela qual a educação no Brasil foi sendo dúvida tendo em vista a finalidade das classes a qual ela se destinava. Este artigo vem de encontro com a necessidade de se conhecer melhor o que é e o que propõe a Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos e verificar como o texto do professor José Carlos Libâneo se relaciona a ela. Para dar bom andamento à análise, primeiramente se irá apresentar brevemente os principais tópicos dos artigos da Declaração Jomtien.

A Declaração de Jomtien

O último parágrafo do documento ‘Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem’, será usado aqui como texto introdutório por sua natureza positiva em relação aos efeitos Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (1990). Assim afirma o referido texto:

Jamais testemunharemos outro momento tão propício à renovação do compromisso com o esforço a longo prazo para satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos. Tal esforço exigirá, contudo, um muito maior e racional aporte de recursos para a educação básica e capacitação do que tem sido feito até o momento. Todavia, os benefícios advindos deste esforço começarão a ser colhidos de imediato, e crescerão um tanto a cada dia, até a solução dos grandes problemas mundiais que hoje enfrentamos. E isso graças, em grande parte, à determinação e perseverança da comunidade internacional na persecução de sua

meta: Educação para Todos.

Percebe-se na citação acima uma visão extremamente positiva e confiante quanto os resultados que seriam obtidos da efetiva aplicação da referida Declaração. Neste ano, em 2011, a conferência de Jomtien, cidade situada na Tailândia, fez, em março, vinte e um anos da sua aprovação. No preâmbulo da Declaração Jomtien são levantados dados referentes aos problemas da educação em todo mundo. Esses dados se referem mais aos grupos excluídos pela sociedade como as mulheres e as crianças. O argumento se dá em relação à bandeira dos direitos humanos na qual afirma que “toda pessoa tem direito à educação”. (DECLARAÇÃO..., 1990)

Entre os dados expostos, seguem apontamentos em que mais de cem milhões de crianças não têm acesso ao ensino fundamental. Entre elas 60% são meninas. Novecentos e sessenta milhões de adultos são analfabetos sendo que deste total mais de dois terços são mulheres. Mais de cem milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico e outros milhões quando o concluiu não conseguem conhecimentos e habilidades essenciais. (DECLARAÇÃO..., 1990)

Nos apontamentos que seguem, há uma convergência para a afirmação de que: “a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mas próspero e ambientalmente mais puro e que ao mesmo tempo favoreça o progresso social, econômico e cultural”. (DECLARAÇÃO..., 1990) A princípio, nos pareceu que atribuir à educação a solução para os problemas que a atualidade enfrenta nos campos citados, poderia ser uma utopia ou, pior, uma ideologia.

A Declaração Jomtien (1990) demonstra, conforme visto em vários momentos do preâmbulo, que a educação atual se apresenta como problemática na qual são constatadas graves deficiências. Essas deficiências, contudo, não são apresentadas e nem discutidas no texto, ficando assim subtendidos uma crítica à educação tradicional. Porém, seguindo o discurso do texto, se faz necessária tornar a educação melhor em sua qualidade e mais relevante em seu papel e acima de tudo estar mais disponível a todos. Para fortalecer essa necessidade de mudança na educação básica³, o texto da Declaração Jomtien apresenta que só por essa

³ Em nota inserida em seu texto sobre o que significa o termo ‘educação básica’ afirma Libâneo (2010): “O termo “educação básica” deve ser lido como educação fundamental, ensino fundamental, ou seja, o nível de ensino mais elementar”

mudança, em busca de qualidade é que os níveis de educação superior, a formação científica e tecnológica podem ser fortalecidos podendo assim alcançar um desenvolvimento autônomo. Sem dúvida, é necessário que a qualidade da educação aumente, porém o que se discute na Declaração não é o aumento qualitativo, mas sim 'quantitativo'. Essa idéia vai se evidenciando quando, no discurso da Declaração, se apresenta posturas como o “alcançar e manter um mínimo de qualidade da aprendizagem” (art. 3), ou quando se pretende criar, de acordo com o título dado ao documento para organizar a aplicação da Declaração: “Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem”. Sobre a questão das necessidades básicas afirma Libâneo.

Cabe registrar que a provisão de “necessidades básicas” para a vida humana não é uma demanda surgida em sociedades regidas pelo mercado, já que faz parte de mecanismos das sociedades responder, de alguma forma, aos males sociais decorrentes da pobreza. Frequentemente, tais mecanismos tiveram (ou têm, ainda) função de regular e reproduzir a força de trabalho para fazer funcionar as relações de dominação, sem conteúdo ético, social ou cívico. No entanto, na história da educação, são conhecidas escolas - públicas, privadas ou religiosas - de atendimento às crianças pobres, prevalecendo o caráter assistencial e não o cognitivo, mesmo quando vinculadas ao chamado “movimento da educação nova” iniciado nos meados do século XIX. (2010, p.4)

As ideais 'mínimo' e 'básicas' parece-me comprometedoras diante de uma tarefa de tamanha magnitude. Diante dessas prerrogativas foi proposta a Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos.

O documento laborado em Jomtien é composto por três partes e divididos em dez artigos, a saber: a primeira parte trata dos objetivos da Declaração e é composta pelo art. 1 com o título: satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. A segunda parte traz por título 'Educação para todos: uma visão abrangente e um compromisso renovado' sendo esta parte composta pelos artigos de dois a sete, a saber: art. 2 – expandir o enfoque; art. 3 – universalizar o acesso a educação e promover a equidade; art. 4 – concentrar a atenção na aprendizagem; art. 5 – ampliar os meios e o raio de ação da educação básica; art. 6 – propiciar um ambiente adequado a aprendizagem; art. 7 – fortalecer as alianças. A última parte da Declaração Jomtien, trabalhará os requisitos para colocá-la em prática. Esta parte é composta pelos artigos de oito a dez, conforme segue: art. 8 desenvolver uma política contextualizada de apoio; art. 9 – mobilizar os recursos; art. 10 –

fortalecer a solidariedade internacional.

A Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos inicia seu texto apontando no art. 1 o objetivo de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Assim afirma:

Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas) quanto aos conteúdos básicos de aprendizagem (como conhecimentos, habilidade, valores e atitudes) necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida humana, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. (1990)

A princípio, a Declaração de Jomtien é voltada para a regulamentação, quando necessário, e melhoria nas políticas públicas da educação Básica. Esse enfoque na primeira fase da educação da criança ou do adulto, quando for o caso, é justificado por ser aí que se dá o primeiro contato do ser humano com a formação escola, ou seja, formação planejada ou não natural, por assim dizer. Desta forma a base para todo o aprendizado e desenvolvimento humano se dá neste local privilegiado. Por sua vez, os níveis superiores de educação, para se desenvolverem e obterem sucesso em sua tarefa depende, como um todo, da boa formação obtida na educação básica.

O segundo artigo é um resumo dos próximos cinco artigos. Nele se discorre o ‘enfoque’ dado à Educação Básica. Esse ‘enfoque’ compreende a universalização do acesso à educação e a promoção da equidade; a concentração da ação pedagógica na aprendizagem; a possibilidade de propiciar um ambiente próprio à aprendizagem; por fim destaca que a importância de fortalecer as alianças em prol da empreitada. Esses tópicos serão desenvolvidos nos próximos parágrafos.

Universalizar o acesso à educação e promover a equidade são os assuntos do art. 3. A Declaração de Jomtien afirma que a educação básica deve ser oferecida a todas as crianças, jovens e adultos e que a equidade só é alcançada quando a educação consegue proporcionar um mínimo de qualidade da aprendizagem.

Em artigo publicado pelo INEP com título “O desafio de uma educação de qualidade para todos: educação no Brasil – 1990-2000” se apresentam quais foram os resultados da “educação para todos no Brasil” em termos de aumento de vagas

no ensino Básico. Assim segue o texto:

Quando se discute o conceito de Educação para Todos no Brasil, um marco central foi a aprovação da Constituição Federal de 1998, e representa um grande avanço nos direitos do povo brasileiro à educação. Assim é que, a Carta Magna, além de assegurar o ensino fundamental obrigatório de oito anos, determina a progressiva universalização do ensino médio e transforma a educação infantil para as crianças de zero a seis anos em direito dos pais e dever do Estado. O efeito desses direitos assegurados na Constituição Federal foi um grande aumento das matrículas na rede pública de ensino que, de 1988 a 2002, cresceram 59% na pré-escola, 36,5% no ensino fundamental, 232% no ensino médio, e 82% no ensino superior, além dos cerca de 720 mil alunos matriculados em creches públicas no País e que nem eram contabilizados em 1988, uma vez que as creches não estavam incluídas no setor educacional. (INEP, 2004, p.5)

Diante do que se percebe hoje, vinte e um anos após a aprovação do texto da Conferência, se tem trabalhado mais para garantir um aumento nos números de vagas nas escolas proporcionando uma maior inclusão à educação básica do que em proporcionar a equidade, ou que se tenha a postura de garantir que as desigualdades sociais sejam diminuídas ou equilibradas.

Voltando à Declaração, ainda em seu art. 3, continua o texto afirmando, quanto a equidade, que o compromisso de todos os educadores e da sociedade como um todo é superar as disparidade educacionais. Na educação básica devem ser incluídos grupos excluídos como “os pobres, os meninos de rua, ou trabalhadores, as populações de periferias urbanas e zona rurais, os nômades e trabalhadores migrantes, os povos indígenas, as minorias étnicas, raciais ou lingüísticas, os refugiados de guerras, [...]” (DECLARAÇÃO..., 1990). A postura da escola ou da comunidade acadêmica, perante esses grupos, é acolher e evitar qualquer tipo de discriminação devendo proporcionar o acesso de igual modo a todos os interessados às oportunidades educacionais. Como último assunto deste artigo, se chama a atenção para os portadores de deficiências ou necessidades especiais para que se tome as medidas necessárias a fim de que lhe dêem acesso às oportunidades educacionais no sistema educativo.

Diferente dos objetivos da educação básica, que, grosso modo, foca o conteúdo e sua memorização, por assim dizer, a Declaração de Jomtien desloca o objetivo da escola para a aprendizagem do aluno. O art. 4 chama a atenção para

aprendizagem efetiva, apontando esta como aquela que proporciona “conhecimentos útil, habilidades de raciocínio, aptidões e valores”. Para tanto a educação básica deve concentrar seus esforços “na aquisição e nos resultados efetivos da aprendizagem”. Ainda neste artigo, há uma crítica a educação, onde o texto afirma que não se pode mais focar a atenção da escola “na matrícula, frequência aos programas e preenchimentos dos requisitos para a obtenção de diploma”. Parece-me aqui uma oposição clara às preocupações da educação tradicional.

Dando continuidade ao estudo do texto e dos argumentos da Declaração, segue que no art. 5 é exposto que a educação básica deve ampliar seu raio de ação e que se incluam os seguintes elementos: a) a família, uma vez que é no seio dela que a criança passa seus primeiros anos de vida; b) fazer com que a escola fundamental seja universal e que possa “garantir a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças”; c) os programas de alfabetização, uma vez que saber ler e escrever é uma capacidade necessária em si mesmo e é base de outras habilidades fundamentais; d) utilizar de todos os meios disponíveis que possam contribuir para a transmissão de conhecimentos essenciais. Conclui-se neste artigo quinto, afirmado que esses componentes devem se constituir em um sistema integrado de forma que contribua para a criação e o desenvolvimento das possibilidades de aprendizagem para a vida. (DECLARAÇÃO..., 1990).

O sexto artigo traz em seu texto a preocupação com o espaço adequado ao desenvolvimento da aprendizagem. Esse ambiente de aprendizagem deve conter condições suficientes como “assistência nutricional, cuidados médicos, apoio físico e emocional” para que se possa garantir o mínimo de aprendizado. Segundo o texto, a “educação das crianças e de seus pais ou responsáveis respaldam-se mutuamente e essa interação deve ser usada para criar, em benefício de todos, um ambiente de aprendizado onde haja calor humano e vibração” (DECLARAÇÃO..., 1990). Para se criar um ambiente que se adequado à aprendizagem deve-se prever as condições necessárias, conforme exposto acima, e integrar esses meios ao ambiente dos adultos por meio de programas educacionais que os contemple.

O sétimo artigo da Declaração, concluindo a segunda parte que tem por título “educação para todos: uma visão abrangente e um compromisso renovado” aponta que se deve fortalecer as alianças para que se possa alcançar a educação

básica para todos, uma vez que há muitas barreiras a superar como “requisitos humanos, financeiros e organizacionais”. Sobre essas parcerias, o documento afirma que as “alianças efetivas contribuem significativamente para o planejamento, administração e avaliação dos programas de educação básica”. Depois de afirmado e explanado as intenções do documento em relação à postura de trabalhar por uma educação para todos, o próximo passo é apontar os requisitos para que essa educação seja possível. (DECLARAÇÃO..., 1990).

Os requisitos para que a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos se torne viável são mencionados nos arts. 8 a 10. Os assuntos a serem tratados nestes artigos se referem ao desenvolvimento de uma política de apoio que proporcione reformas nas políticas educacionais, com o fim de alcançar uma educação básica por meio de um “sólido ambiente intelectual e científico o que implica [ou resulta] na melhoria do ensino superior e da pesquisa científica”. Quanto aos recursos financeiros para a realização desse projeto de educação para todos, a Declaração afirma que “será essencial mobilizar atuais e novos recursos financeiros”. Os responsáveis pela educação devem “cuidar para que haja uma melhor utilização dos recursos e programas disponíveis para a educação” e que a urgência e a importância dessa tarefa “poderá vir a exigir uma realocação dos recursos entre os setores, como por exemplo, uma transferência de fundos dos gastos militares para a educação”.

O último artigo da Declaração Mundial sobre a educação aponta que se deve fortalecer a solidariedade internacional fazendo com que: primeiro, a responsabilidade da educação para todos seja um compromisso de responsabilidade comum e universal; segundo, a comunidade mundial tem a tarefa de “atenuar as limitações que impedem algumas nações de alcançar a meta para todos” fazendo que esses países aumentem seus investimentos em educação, em especial dos países mais pobres; terceiro, “as necessidades básicas de aprendizagem de adultos e das crianças devem ser atendidas onde quer que existam”; quarta, sabendo que só em ambientes estáveis e pacíficos pode existir um ambiente propício à aprendizagem, “as nações devem agir conjuntamente para resolver conflitos e disputas e por fim a ações militares.”

Tal como foi apontado nas análises acima, a Declaração Jomtien propõe que os responsáveis pela educação assegurem o acesso à educação e à equidade

de forma que todos, crianças, jovens, e adultos, possam participar deste local privilegiado de formação, que é a escola, e garanta um mínimo de aprendizagem que lhes possam assegurar a dignidade de pessoas na sociedade. Diante de tal proposta a escola se redefine mediante as novas políticas públicas. É essa redefinição que procuramos analisar mediante o texto e as ideias exposta por Libâneo.

Escola do conhecimento e a escola do acolhimento social

Conforme foi posto acima, serão analisadas as ideias do professor José Carlos Libâneo expostas no artigo que tem por título “A escola brasileira em face de um dualismo perverso: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres”. Neste texto será selecionada a primeira parte, que tem por subtítulo “Dos desacordos entre objetivo e função da escola aos atrativos da Declaração Jomtien e Jomtien” tendo em vista que neste tópico o autor analisa a função e o objetivo da escola e como essa idéia de escola se relaciona com a Declaração sobre Educação para Todos.

O texto em questão é iniciado discorrendo sobre a luta dos educadores com o objetivo de proporcionar uma escola gratuita e universal no Brasil. Porém, que escola é essa pela qual se pretende lutar e implantar? Libâneo se questiona sobre os objetivos e a função da escola e aponta que a definição de escola não é bem resolvida, pois trás em si contradições. Há uma dualidade sobre o que vem a ser escola. Assim afirma que há: “[...] uma visão de escola assentada no conhecimento e outra nas suas missões sociais” (2010).

Outro ponto abordado no artigo de Libâneo é a questão da “qualidade do ensino”. Esse ponto também é mal resolvido, pois aborda duas dimensões que deveriam se complementar ou complementar, mas se diferencia e se afastam: ‘quantidade e qualidade’. A quantidade aplicada no atual contexto da educação não é sinônima de qualidade, mas pode ser entendido como fator ou causa da falta dela.

Neste universo de problemas que cerca o conceito de escola e sua realidade em quanto lugar de prática educacional, o autor afirma que há um caminho que aponta para a solução do problema da dualidade da escola. Assim escreve: “Minha crença é de que a definição dos objetivos para a escola deve anteceder todos os demais itens de uma política educacional, pois deles dependem as políticas

de currículo, de formação de professores, de organização da escola, de práticas de avaliação, de financiamento, etc.” (LIBÂNEO, 2010)

Conforme é colocado por Libâneo (2010, p.02) o objetivo do seu texto como um todo é:

buscar ligações entre proposições emanadas da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em 1990, em Jomtien, Tailândia, e as políticas públicas para a educação básica praticadas nestes 20 anos pelo governo brasileiro. [...] No Brasil, o primeiro documento oficial resultante da Declaração de Jomtien e das demais conferências foi o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), no Governo Itamar Franco. Em seguida, estiveram presentes nas políticas e diretrizes para a educação do Governo FHC (1995-1998; 1999-2002), tais como: ampliação do acesso, financiamento e repasse de recursos financeiros, descentralização da gestão, Parâmetros Curriculares Nacionais, ensino a distância, sistema nacional de avaliação, políticas do livro didático, LDB n. 9394/1996, entre outras, assim como nos oito anos do Governo Lula (2003-2006; 2007-2010).

Conforme foi vista na citação, o texto de Libâneo anuncia como objetivo principal que é a busca das ligações entre a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, o Banco Mundial e as políticas públicas que foram adotadas no Brasil.

Para dar início a discussão sobre a dualidade na escola brasileira, a primeira parte do texto de Libâneo apresenta um questionamento quanto ao papel socializador da escola, uma vez que ela não é a única a socializar a criança e o jovem em termos (pós)moderno. O autor afirma que há outros meios de socialização ou socializadores, como a mídia, o mercado cultural e o consumo que tem conteúdo e valores diferentes do da escola. Cada entidade de socialização tem seu discurso onde apresenta a realidade a seu modo e com seus valores. O universo do jovem vai se formando a partir dos valores que lhe são comunicados. Desta forma ocorre que há um interstício entre o discurso da escola e o discurso da juventude. Daí se dá um momento de crise onde o que a escola propõe como valor não é atrativo ou não confere ou concorda com o discurso em voga na formação da cultura juvenil. Assim afirma o autor: “Estudos têm mostrado a recusa pelos jovens de valores convencionais como esforço, estudo, trabalho pessoal, sacrifício, temperança, persistência e, paralelamente, a crescente inquietude dos professores sobre como conseguir a motivação dos alunos e conter atos de indisciplina” (LIBÂNEO, 2010)

Diante deste problema, Libâneo demonstra que surge uma variedade de funções atribuídas às escola pelos professores, comunidade e empresários, como

meio para sanar ou revitalizar o papel da escola na sociedade. Porém, a posição oficial trazida pelas políticas públicas para a educação quanto ao papel da escola é a seguinte:

[...] nas políticas oficiais, surge a escola do acolhimento social, cuja função é propiciar a convivência e a sociabilidade, em contraponto à escola destinada, preponderantemente, à formação cultural e científica, isto é, ao conhecimento e ao ensino, posição em que se inclui o autor deste texto. (LIBÂNEO, 2010, p.03)

Ao analisar essa citação, fica clara que há uma dualidade na ideia que define a função da escola. Uma escola para o acolhimento social e outra para a formação científica. Libâneo demonstra que esta mudança na escola faz parte das políticas internacionais para a educação. Assim afirma:

Em texto de 2005, Miranda assinala a principal mudança na educação de massas em decorrência das reformas educativas neoliberais iniciadas por volta de 1980. Segundo ela. '[...] a escola constituída sob o princípio do conhecimento estaria dando lugar a uma escola orientada pelo princípio da socialidade. O termo "socialidade" está sendo adotado aqui para ressaltar que a escola organizada em ciclos se situa como um tempo/espaco destinado à convivência dos alunos, à experiência da socialidade, distinguindo-se dos conceitos de socialização e de desenvolvimento da sociabilidade tratados pela sociologia e psicologia' (2005 apud LIBÂNEO, 2010).

Pode-se afirmar que a escola do acolhimento, que nasce com uma função de integração social, tem suas origens na Declaração Mundial da Educação, de 1990, sendo esta financiada pelo Banco Mundial. Além das interferências da linha de ação da política neoliberal, das orientações do Banco Mundial, outro problema avistado no artigo de Libâneo e embasado no texto de Rosa Maria Torres foi que, a proposta original concebida na Declaração, foi encolhida nas muitas reuniões dos órgãos internacionais e adaptada de acordo com as variações legais e culturais de cada país. Assim afirma Libâneo:

Tal "encolhimento" se deu para adequar-se à visão economicista do Banco Mundial, o convocador e patrocinador das Conferências. Desse modo, a visão ampliada de educação converteu-se em visão encolhida, ou seja: a) **de** educação para todos **para** educação dos mais pobres; b) **de** necessidades básicas **para** necessidades mínimas; c) **da** atenção à aprendizagem **para** a melhoria e avaliação dos resultados do rendimento escolar; d) **da** melhoria das condições de aprendizagem **para** a melhoria das condições internas da instituição escolar (organização escolar). (2010, grifo do autor)

Destaca-se que faz parte do papel socializador da escola promover a equidade social, o respeito às diferenças, a solidariedade com o próximo. Porém, para as agência de financiamento internacional, a verdadeira tarefa da escola é:

[...] ensinar as futuras gerações a exercer uma cidadania de 'qualidade nova', a partir da qual o espírito de competitividade seja desenvolvido em paralelo ao espírito de solidariedade. Assim, ocorre uma renúncia, uma negação da expectativa de divisão de classes e há um ajustamento para uma atitude 'cidadã' que diminua as diferenças e a miséria, inculcando uma noção de solidariedade e amenização das lutas de classes e diferenças raciais, sociais, culturais, entre tantas outras (FALLEIROS, 2005, p.211).

Na escola do acolhimento social, surge um 'novo papel para o professor'. Assim afirma Libâneo: “[...] da mesma forma que para os alunos se oferece um “kit” de habilidades para sobrevivência, se oferece ao professor um “kit” de sobrevivência docente (treinamento em métodos e técnicas, uso de livro didático, formação pela EaD)” (LIBÂNEO, 2010). Segundo o autor essa é a estratégia do Banco Mundial para que se possam diminuir custos com formação e capacitação e salários para o pessoal docente. Por outro lado pode-se questionar se é necessária uma formação docente altamente especializada para formar um cidadão para satisfazer suas necessidades mínimas de aprendizagem.

As políticas para a educação no Brasil certamente foram influenciadas pelas políticas mundiais para a educação e pelas políticas minimalistas do Banco Mundial. Como consequência para o Brasil há uma escola em crise, com muitas deficiências. A causa, pelo que se constatou nesta análise, parece-me estar ligada a crise que envolve a ideia de função e objetivos da escola em relação à sociedade e em especial, ao aluno e ao professor. Mediante a oferta de suprimirem as necessidades básicas de aprendizagem dos alunos, a escola os prepara para *sobreviverem* à sociedade como cidadãos, mediante a utilização de 'kits'.

Considerações Finais

A Declaração Mundial sobre a Educação Para Todos inicia seu texto citando a Declaração Dos Direitos Humanos em especial o artigo que afirma que “toda a pessoa tem direito a educação”. Segue mostrando o cenário da ineficiência da educação tradicional e a ineficácia das políticas educacionais quanto ao papel de

oferecer uma educação de qualidade a todos, seja por motivos como a repetência ou a não identificação de seus conteúdos à realidade social dos educandos. Mediante esse quadro a Declaração Jomtien propõe uma nova forma de educar e uma nova função à escola.

Porém é sabido que essas não são as únicas intenções para uma nova forma de educar ou uma nova missão para as escolas. Sabendo que há influência das políticas do Banco Mundial e das políticas Neoliberais, a proposta pode ser vista como uma afirmação ou adequação ao sistema econômico/financeiro tendo em vista a “inclusão” dos marginalizados no mercado do consumo. Não se discute aqui se é nobre ou necessário à sociedade garantir o acesso à escola aos menos favorecidos, como à mulher e os pobres, uma vez que esse é um dever do estado e direito de todo cidadão brasileiro. O problema identificado neste processo está no como fazer uma política que garanta aprendizagem efetiva e crítica ao cidadão ao invés de se satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Por fim, ao invés de se criar uma escola do acolhimento e uma escola do conhecimento, o processo de inclusão de todos na escola deveria ter sido planejado de tal forma que a qualidade do ensino e do aprendizado fosse mantidos e potencializados tentando se evitar e precaver a existência da dualidade que só aumenta as desigualdades sociais.

Referências

BOTEGA, Leonardo da Rocha. **A Conferencia de Jomtien e a educação para todos no Brasil dos anos 1990.** Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=22:a-conferencia-de-jomtien-e-a-educacao-para-todos-no-brasil-dos-anos-1990&catid=4:educacao&Itemid=15>. Acesso em: 20 jan. 2011

BRASIL. MEC. INEP. **O desafio de uma educação de qualidade para todos: educação no Brasil – 1990-2000.** Brasília: INEP, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Plano Decenal de Educação para Todos.** Brasília, 1993.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Jomtien, 1990

GADOTTI, Moacir. Da palavra a ação. In: INEP. **Educação para todos: a avaliação da década.** Brasília: MEC/INEP, 2000.

GOMES, A. I. P. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

INEP. **Educação para todos**: a avaliação da década. Brasília: MEC/INEP, 2000.

LIBANEO, José Carlos. **A escola brasileira em face de um dualismo perverso: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. Disponível em: <<http://professor.ucg.br/SiteDocente/home/publicacao.asp?key=5146>>. Acesso em: 10 set. 2010

MACHADO, Maria Aglaê de Medeiros. O Plano Decenal e os Compromissos de Jomtien. In: INEP. **Educação para todos**: a avaliação da década. Brasília: MEC/INEP, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**: 1948-1998. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 36.ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

TORRES, Rosa Maria. **Educação para Todos**: a tarefa por fazer. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política Educacional**: prioridades versus números. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/politica_educacional_prioridades.asp>. Acesso em: 15 jan. 2011.